

Impactos sócio-ambientais da Hidrelétrica do Funil na comunidade de Ponta Negra

Anderson Luís Pereira ¹

¹ Departamento de Geografia. ICH-PUC Minas. Av. Dom José Gaspar, 500-Coração Eucarístico, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. CEP30535 –andersonlup@oi.com.br.

ABSTRACT: The Brazil due to the high water availability has directed its energy about 80% for hydropower. Many dams were built throughout the country in order to support industrial development and also to meet the growing demand as a result of population growth. The present study is the assessment of social and environmental impacts in the community of Pedra Negra in Bom Sucesso city, MG, resulting from the construction of the Hydro Hopper. The removal processes, change and resettlement of communities affected by large projects like dams, have always been criticized by various sectors of society, due to the relevant factors that are not internalized. In many cases communities do not participate in decisions and only the physical (housing) receives attention; social ties, lived space, economy and culture of these populations do not receive adequate attention. The affected communities suffer various negative orders directly or indirectly resulting in changing their standard of living, cultural losses, significant social and economic because of deterritorialization, reterritorialization and the consequences are serious problems that affect the lives of all people as is with the community studied.

Key words: Hydropower, social impacts, Achieved, Pedra Negra, Funil HPP.

RESUMO: O Brasil, devido à grande disponibilidade hídrica direcionou sua matriz energética em cerca de 80 %, para a fonte hidráulica. Muitas hidrelétricas foram construídas por todo o país com o propósito de sustentar o desenvolvimento industrial e também para suprir a crescente demanda resultante do crescimento populacional. O presente estudo faz a avaliação dos impactos socioambientais na comunidade de Pedra Negra no município de Bom Sucesso, MG, decorrentes da construção da Hidrelétrica do Funil. Os processos de remoção, mudança e reassentamento, de comunidades atingidas por grandes empreendimentos assim como hidrelétricas, sempre foram alvos de críticas de diversos setores da sociedade, devido á fatores relevantes que não são internalizados. Em muitos casos as comunidades não participam das decisões e somente a parte física (moradias) recebe atenção, os vínculos sociais, o espaço vivido, economia e cultura destas populações, não recebem a devida atenção. As comunidades atingidas sofrem diversos impactos de ordem direta ou indireta que resultam na mudança de seu padrão de vida, perdas culturais, sociais e econômicas significativas em virtude da desterritorialização, reterritorialização e as conseqüências são sérios problemas que afetam a vida de toda população como se verifica com a comunidade estudada.

Palavras Chaves: Hidrelétrica, Impactos, Atingidos, Pedra Negra, UHE Funil.

INTRODUÇÃO

As barragens ao longo da história contribuíram com o desenvolvimento humano para abastecimento público, irrigação ou produção de energia. Com o aumento da demanda mundial por energia para suprir as necessidades industriais do modelo capitalista de produção, a construção de complexos hidrelétricos cresceu de maneira significativa em todo mundo. Mesmo

sendo à primeira vista uma forma limpa e ecologicamente correta para produção de energia, os impactos oriundos da construção de hidrelétricas são bastante significativos para a biodiversidade (fauna e flora) e populações atingidas em consequência das áreas inundadas pelas águas do reservatório.

Com necessidade de suprir a demanda por energia para sustentar o crescimento industrial, o Brasil por ser privilegiado quanto a recursos hídricos, voltou sua matriz energética para essa fonte. De acordo com Souza (2005), a construção de usinas hidrelétricas foi proposta com uma ideologia de modernização, sem se preocupar com as mudanças que estas pudessem gerar no ambiente natural. Pelo contrário, achava-se que os benefícios se sobrepunham às consequências negativas ao longo do tempo.

Neste período, a possibilidade de um projeto hidrelétrico gerar um campo de conflitos e de forças em disputa sequer era cogitada. A visão dos projetos era positiva, porque trazia o desenvolvimento para a região e conseqüentemente o bem estar da população. Para Vainer (2007), estes grandes empreendimentos eram propostos pelo Estado, em acordo com vários segmentos interessados no capital a ser gerado, sem se preocupar com os verdadeiros afetados, a população atingida.

No Brasil, as hidrelétricas resultaram em mais de 34.000 km² de terras inundadas para a formação de seus reservatórios. Muitas destas terras ou a grande maioria possuíam solos férteis com grande potencial agrícola, localizados nas planícies de inundação dos cursos de água utilizados nos empreendimentos. As hidrelétricas no Brasil também desterritorializaram cerca de 200 mil famílias. Todas essas populações ribeirinhas, na sua maioria comunidades rurais e carentes foram diretamente atingidas.

Conforme o levantamento feito por Rebouças citado por Vainer (2007), 208,5 mil pessoas foram deslocadas pela construção de sete barragens brasileiras. A construção de uma usina hidrelétrica em muitos casos representa para estas populações atingidas enormes perdas sociais, culturais e históricas, impondo-as à desocupação da terra de origem sem apresentar compensações que possam assegurar a manutenção das comunidades. Elas acabam pagando um alto preço em razão do desenvolvimento com reflexos perdurando por gerações. Um dos maiores problemas enfrentados é a desterritorialização que altera profundamente o padrão de vida destas comunidades em reassentamentos, como ocorreu na comunidade de Pedra Negra, no município de Bom Sucesso, MG.

Este estudo tem como objetivo explicar os problemas enfrentados pela comunidade de Pedra Negra decorrentes do reassentamento e reordenamento na nova localidade, devido à construção do reservatório da Hidrelétrica do Funil.

METODOLOGIA

O presente estudo desenvolveu-se em quatro etapas assim distribuídas:

1^a: Revisão literária do tema em publicações especializadas e na rede mundial de computadores, no intuito de selecionar o maior número de informações pertinentes.

2^a: Visitas à comunidade de Pedra Negra para coleta de dados e entrevistas junto aos moradores.

3^a: Consulta ao arquivo da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) para coleta de dados e informações do EIA da Hidrelétrica do Funil.

4^a: Análise e cruzamento dos dados obtidos nas etapas anteriores para formulação de propostas e resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

As discussões de temas ambientais no Brasil começaram a se difundir de acordo com Vainer (2007) na década de 30, século XX. Porém, foi na década de 80, que se definiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Através da Lei 6938 de 1981, foram criados órgãos federais, coordenados por uma secretaria com *status* de ministério, para instituir novas diretrizes. Um destes órgãos, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), através da Resolução 001/86 fixou os requisitos para a avaliação de impactos e licenciamento de obras modificadoras do meio ambiente, entre elas as do setor elétrico.

A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) é uma atividade orientada não só para identificar e prever os efeitos e impactos sobre o meio ambiente decorrentes de determinadas ações (políticas, programas, planos, projetos, etc.), mas também para interpretar e comunicar informações acerca dos impactos. O CONAMA tornou obrigatório o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que vem a ser segundo Vainer (2007):

[...] um conjunto de atividades científicas e técnicas que incluem o diagnóstico ambiental, a identificação, previsão e medição dos impactos, sua interpretação e valoração e a definição de medidas mitigadoras e de programas de monitorização destes.

Do EIA elabora-se o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que contém suas conclusões de forma resumida e com uma linguagem acessível utilizando gráficos, fluxogramas e outras técnicas para facilitar sua compreensão. A este, deve ser dada a devida publicidade dirigida às pessoas direta e indiretamente interessadas. A Constituição Federal em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV, traz a seguinte redação:

[...] todas as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e causadoras de degradação ambiental estão sujeitas ao licenciamento ambiental, sendo que as causadoras de significativa degradação ambiental devem por determinação constitucional, serem precedidas de estudo prévio de impacto ambiental.

A partir de então, novas normatizações emanadas dos governos federal ou estaduais procuraram minimizar os efeitos negativos dos projetos hidrelétricos, tendo como eixo de referência, o fato desses projetos serem conduzidos em sua maioria por empresas estatais. Através da Resolução 006/87, o CONAMA estabeleceu as diversas etapas do processo de licenciamento e pela Resolução 009/87 garantiu a obrigatoriedade de audiência pública. O artigo 2º dessa última resolução explicita:

[...] Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública (Resolução 009/87- CONAMA).

O Brasil teve que se adequar e assumir posições cada vez mais favoráveis à preservação ambiental em acordo com os novos padrões internacionais. A Eletrobrás (estatal coordenadora do setor energético do Brasil) editou uma série de normas e um Plano Diretor de Meio Ambiente, com intuito de regulamentar o setor elétrico nacional. A Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV, do artigo 22, traz o seguinte texto:

[...] A competência para legislar sobre energia elétrica é da União, e esta matéria é considerada como Direito da Eletricidade, também amparada no Código das Águas, artigo 151, alínea "C" "C", regulamentado pelo Decreto nº. 35851/54, e o Decreto-Lei nº 3763/41 e o Decreto nº. 41019/1957, que regulam os serviços de energia elétrica.

O Estado também é incumbido de acordo com a Lei de Política Agrícola 8.171/9, Artigo: 19; item III, na missão de:

[...] realizar zoneamentos agro-ecológicos que permitam estabelecer critérios para o disciplinamento e o ordenamento da ocupação espacial pelas diversas atividades produtivas, bem como para a instalação de novas hidrelétricas.

A liberação de áreas para a construção de uma usina hidrelétrica acontece mediante o instrumento da Desapropriação Por Utilidade Pública que é regulamentado pelo Decreto-Lei Nº. 3.365/41. O artigo 2º do referido decreto traz o seguinte texto:

[...] Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. A exploração de serviços de energia elétrica é por força de lei de utilidade pública e exige para sua consecução, a necessária declaração, via ato administrativo. (DECRETO 3365/41/Artigo 3º/1005).

Em 09 de Junho de 2006 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no intuito de preservar tanto a biodiversidade como os direitos das populações direta ou indiretamente afetados por grandes empreendimentos, publicou a resolução Nº. 259/2003, que em seu artigo 4º, inciso III, diz que:

[...] somente se expedirá a declaração de utilidade pública depois de esgotadas todas as vias amigáveis mediante comprovação de todo o processo de negociação, com a exigência de documentação detalhada e exaustiva, para a aquisição. Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, desapropriação ou instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários ou autorizados. (Resolução Nº. 259/2003, Artigo 4º).

Muitos especialistas referem-se à desapropriação como sendo o divisor de águas entre os interesses individuais e coletivos. E, onde as comunidades afetadas possuem menor poder de participação diante das decisões relativas ao processo, afirmam que a audiência pública é o principal instrumento acessível para que garantam seus direitos e apresentem sugestões. Para Vainer (2007) a desapropriação possui o seguinte conceito:

[...] A desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização.

A Declaração de Utilidade Pública sempre foi o principal instrumento utilizado pelas concessionárias na negociação com os expropriados, papel este que está sendo transferido para

o Decreto de Concessão (Artigo 20 da Constituição Brasileira, amparado pela Lei 8.001/1990). Este, embora fundamental, não declara o empreendimento como sendo de Utilidade Pública, fundamento este essencial ao entendimento entre as partes, quanto à questão da função social da propriedade e prevalência do interesse público sobre o particular.

A noção de atingido modificou-se enormemente nos últimos 30 anos, num alargamento que em certa medida, parece reproduzir a evolução sofrida pela própria noção de direito humano ao longo da história moderna (Vainer, 2007). Para Souza (2009), na relação entre as empresas do setor elétrico e as populações, sempre prevaleceu a estratégia do fato consumado, onde as populações representam um empecilho para o capital, que precisa ser removido. As bases materiais e culturais dos atingidos são alteradas, em razão da sua remoção para outros locais, na maioria dos casos sem nenhuma assistência, ou quando esta existe não assegura aos reassentados as condições outrora existentes.

A construção de uma hidrelétrica ocupa o espaço de reprodução sócio/cultura de uma comunidade, ocasionando conflitos. A paisagem é tratada como mercadoria pelos empreendedores, mas para os atingidos é o meio de sobrevivência (Vainer, 2007). Para assegurar o andamento das obras muitos projetos escondem estes conflitos. As empresas responsáveis pelos estudos de EIA e RIMA, são contratadas pelo empreendedor e muitas não relatam as questões sociais de forma clara nos projetos. O foco é dado apenas na parte física (moradias), sem se preocupar com o lado social e econômico dos afetados. Os projetos hidrelétricos afetam grandes bacias, ricas várzeas, transformadas em jazidas energéticas (Vainer, 2007).

A diversidade de questões que envolvem projetos hidrelétricos é grande. Outro agravante é a dificuldade de participação dos interessados no processo de desapropriação. Estas questões foram examinadas pela Comissão Mundial de Barragens (CMB), criada em abril de 1997, com sede em Davos na Suíça, para uma avaliação das barragens construídas no mundo. No Brasil o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) trabalha em defesa dos interesses das comunidades atingidas.

RESULTADOS

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Hidrelétrica do Funil atentam a possíveis perdas relevantes para a comunidade de Pedra Negra, provenientes da mudança no âmbito cultural, histórico e social. As hipóteses se confirmaram e juntamente com o fator econômico, interferiram diretamente no reordenamento e identificação na nova localidade.

O Município de IJACI

A falta de empenho do poder público municipal de Bom Sucesso, MG em acompanhar o andamento das negociações sobre questões relativas ao processo de negociação da mudança, deixou os habitantes da comunidade de Pedra Negra vulneráveis diante dos acontecimentos. A intervenção do município de Ijaci oferecendo locais para possível construção da nova localidade segundo informações obtidas junto a moradores da comunidade e de cidadãos ijacienses, não ocorreu por sensibilização ou apoio à comunidade de Pedra Negra. Foi mais uma manobra de caráter político visando o aumento populacional do município e conseqüentemente maior participação nos dividendos oriundos por parte do consórcio e também do Estado.

Mesmo tornando-se um bairro da cidade de Ijaci todas as intervenções estruturais desenvolvidas em Pedra Negra foram de natureza exclusiva do consórcio, ficando a prefeitura local isenta de qualquer obrigação. Após sete anos da mudança não houve por parte do poder municipal local nenhuma ação ou projeto com vistas a amenizar os problemas enfrentados pela comunidade de Pedra Negra na nova localidade. De certo modo este comportamento acaba por afirmar a posição de neutralidade adotada pelo município de Ijaci em relação à comunidade.

Nova Localidade

A construção da nova localidade na cidade de Ijaci obedeceu a critérios de urbanização como redes de abastecimentos de água potável e energia, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, vias pavimentadas e até uma estação para tratamento de efluentes foi construída. Estas medidas foram uma exigência dos órgãos ambientais para satisfazer e tentar aliviar as pressões negativas do local escolhido. Nos questionamentos realizados pelo consórcio empreendedor sobre locais para mudança a opção pelo município de Ijaci sempre foi rejeitada pelos moradores de Pedra Negra. O quadro 01 retrata o resultado de um destes questionamentos.

OPÇÕES DE MUDANÇA PARA A COMUNIDADE DE PEDRA NEGRA		
LOCAL	ABS	%
MACAIA	0	0
NOVA PEDRA NEGRA	2	7,1
LAVRAS	15	53,6
IJACI	0	0
BOM SUCESSO	2	7,1
PERDÕES	1	3,6
ÁREA RURAL	2	7,1
QUALQUER LUGAR	2	7,1
NÃO SABE	4	14,4
TOTAL	28	100

Quadro 01: Opções de mudança para a comunidade de Pedra Negra

Fonte: Leme Engenharia / Pesquisa de campo/ 1994. Arquivo FEAM:/ RIMA /UEH FUNIL. Projeto 122/92- volume: 1 pág. 36.

A padronização das construções foi um dos alvos das críticas por não atenderem às expectativas da maioria da população. Os moradores esperavam receber residências no mesmo molde das que possuíam anteriormente, com a mesma área disponível entre as moradias, onde algumas famílias criavam animais para uso doméstico (eqüinos e bovinos). Este espaço entre as casas na nova localidade não foi respeitado e a qualidade dos materiais usados na construção das moradias também é alvo de críticas.

A comunidade de Pedra Negra possuía hábitos rurais e o estilo de vida urbano em uma cidade para muitos da comunidade tornou-se um grande desafio. A incorporação da mão-de-obra feminina em ambiente urbano torna-se mais fácil do que a masculina. Sendo formada em sua maioria por trabalhadores rurais, com pouco ou nenhum estudo e qualificação, o excedente masculino ficou em desvantagem.

A População

A comunidade de Pedra Negra sentiu-se impotente perante aos acontecimentos e negociações durante o processo de traslado. Nos estudos de EIA e RIMA aparece de forma bem clara a afirmação de que as autoridades locais do município de origem Bom Sucesso, MG, não atentaram aos acontecimentos, deixando de oferecer apoio à comunidade de Pedra Negra, fato também confirmado pelos próprios moradores nas visitas realizadas na localidade para coleta de dados.

O EIA em determinado momento de seu texto previa que em consequência da mudança, muitas famílias se separadas, apresentariam problemas de ordem social e sentimental.

[...] é importante ressaltar os fortes laços de vizinhança e parentesco que unem os habitantes da área Diretamente Afetada da UHE Funil. Com o deslocamento compulsório dessa população, é comum ocorrerem à desagregação desses laços e a perda de referências históricas, sociais e culturais relevantes. (EIA UHE Funil. LEME Consultoria. v I: II / p. 51).

Porém dentre todos os problemas enfrentados pelos moradores pode-se citar a perda de identidade como uma das mais graves consequências da mudança. O povoado de Pedra Negra não existe mais. Ele transformou-se em um bairro de Ijaci, e os moradores não aceitam serem chamados de ijacienses - o que, de acordo com as normas urbanas agora são. Sempre que perguntados sobre onde moram, apenas dizem Pedra Negra e não Ijaci. A mudança também trouxe consigo problemas no reordenamento social da comunidade, por exemplo, a perda de autonomia em assuntos conforme evidente no depoimento abaixo:

[...] Antes a gente não tinha que prestar satisfação quando queria realizar uma mudança ou qualquer coisa aqui, interditar a rua para fazer festa ou usar a escola para realização de rifas para arrecadar dinheiro para igreja ou família necessitada. Agora tudo tem que ser aprovado primeiro pela prefeitura. Até uma seção eleitoral a gente tinha e muita gente aqui não transferiu o título, e quando tem eleição tem que ir votar lá em Piedade. (Fonte: Relato do Sr. J.F, obtidos em entrevista semi-estruturada realizada pelo autor em Junho de 2009).

Quando indagados quanto ao padrão de vida da comunidade após a mudança os moradores (50 membros), apontaram: saúde, educação, transporte, como fatores positivos e economia como fator negativo como ilustrado no gráfico 01.

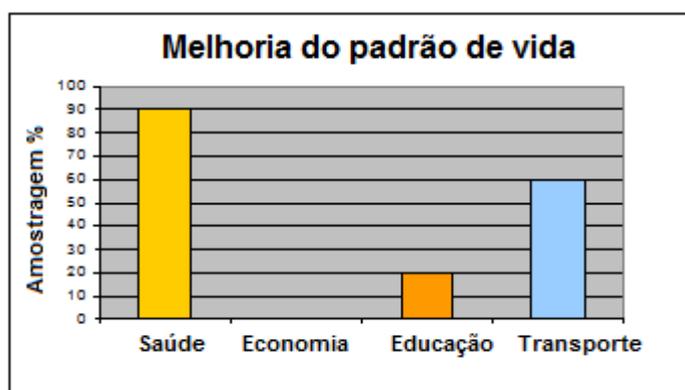


Gráfico 01: Melhoria do padrão de vida
Fonte: Dados do autor / Entrevista: Junho de 2009.

A Economia

A mudança afetou enormemente a economia da comunidade que era formada em sua maioria, por trabalhadores rurais, pessoas com pouco ou quase nenhum estudo. A economia estava diretamente ligada à agricultura, principalmente o cultivo do café. Com a mudança muitos moradores perderam seus empregos em virtude da distância de cerca de 18 km, entre a nova e a antiga localidade.

Não houve, segundo os moradores, por parte da iniciativa pública ou privada, nenhum projeto de qualificação profissional para atenuar a questão do emprego e possibilitar a busca por novas ocupações no mercado de trabalho. As taxas de desemprego atingiram níveis elevados.

Com a saída de algumas famílias da comunidade de Pedra Negra para outras localidades em busca de emprego, porque o município de Ijaci não absorveu esta mão-de-obra, agravaram-se ainda mais os problemas de caráter afetivo. A falta de ocupação elevou a ociosidade causando aumento no uso e bebidas alcoólicas, substâncias entorpecentes, e crescimento na taxa de criminalidade como ilustra o gráfico 02.

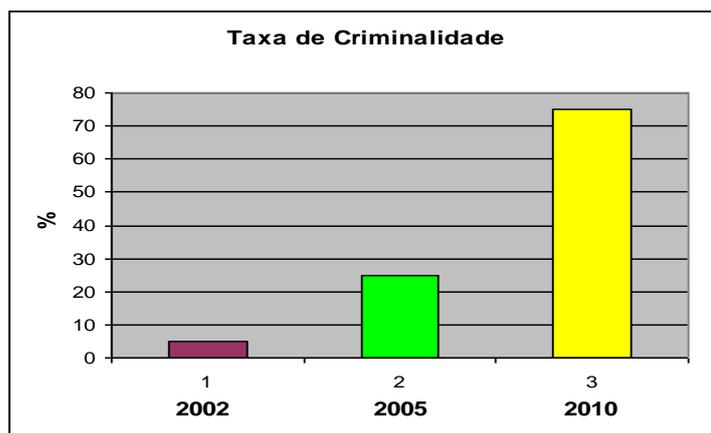


Gráfico 02. Taxa de Criminalidade

Fonte: Dados do autor obtidos junto aos moradores locais e Polícia Militar de Minas Gerais, destacamento de Ijaci.

O comércio de Pedra Negra foi muito afetado com a mudança da antiga localidade, dos estabelecimentos lá existentes (um total de seis), apenas dois ainda persistem. A antiga localidade encontrava-se em um ponto estratégico, que desde os tempos da ferrovia atendia aos moradores dos arredores. Após o fechamento do ramal férreo e retirada dos trilhos, o local passou a ser utilizado como estrada de rodagem por veículos que ali passavam com destinos diversos (Perdões, Santo Antônio do Amparo, Lavras, Ijaci, Bom Sucesso, Ribeirão Vermelho e muitas localidades rurais existentes nas proximidades) o que ajudou a manter vivo o comércio na comunidade. O local onde se construiu a nova localidade fica em uma península fluvial margeada pelas águas do reservatório, com a circulação restrita aos moradores. Este fato obrigou muitos estabelecimentos a fecharem as portas conforme relato abaixo:

[...] as vendas caíram muito, não dá pra viver só das vendas tem que se fazer outra coisa. Outras pessoas são muito raras aparecem aqui, praticamente vendemos somente para o pessoal

daqui mesmo. (Fonte: Relato do Sr. J. F. comerciante, entrevista semi-estruturada Junho de 2009).

Acessibilidade e Transporte

Na opinião dos moradores foi um dos poucos benefícios que aconteceu com a mudança. Cabe ressaltar que o acesso à antiga localidade dava-se por vias sem pavimentação às margens do rio no local da antiga linha férrea. E, no período chuvoso, ficava por vezes intransitável devido à lama que se acumulava, além das enchentes que agravavam ainda mais a situação. Hoje as vias de acesso à comunidade são pavimentadas e o perigo das enchentes não mais existe.

Saúde e Educação

A melhoria da saúde é unanimidade para todos, assim como também a educação. Esta melhoria significativa está diretamente ligada à facilidade de locomoção (transporte) com vias de melhor trafegabilidade e menor distância em relação aos equipamentos de saúde (hospitais, policlínicas) e educação (escolas, faculdades e universidade), tendo a cidade de Lavras, MG, como destino principal.

Cultura, Lazer e Turismo

Muitas representações folclóricas tradicionais deixaram de ser praticadas, como é o caso da Festa de São Jorge realizada no mês de setembro que no seu auge chegou a contar com participação de mais de 600 cavaleiros. Assim afirma o entrevistado em 2009:

[...] como quase ninguém vem mais aqui às festas perderam a graça. Até à do padroeiro São José não atrai tanta gente mais. Antes quando tinha festa vinha gente de todo lado. A gente quase não dava conta de atender a todo mundo. (Fonte: Relato do Sr. J. F. comerciante - Junho de 2009.)

Mesmo contando com um novo campo de futebol quase não acontecem mais jogos devido à saída de muitas pessoas. A antiga localidade era cercada por belezas naturais como ilhas e praias fluviais, matas, corredeiras, a rocha que deu nome a localidade, além do próprio rio que atraía muitas pessoas aos fins de semana para lazer e descanso, aquecendo o comércio.

Minimização dos Impactos

Muitos impactos decorrentes da construção de grandes empreendimentos tais como hidrelétricas são inevitáveis, porém existem alguns que poderiam ser minimizados como no caso de reassentamentos. Os impactos de ordem econômica, social e psicológico podem ser reduzidos consideravelmente, mantendo as comunidades atingidas o mais perto possível do lugar de origem, em razão dos vínculos com a terra (identidade de lugar, espaço vivido). A economia já estabelecida pode ser complementada com novas fontes de renda em razão do empreendimento (turismo, por exemplo), além da manutenção dos empregos existentes e laços afetivos.

Ao conceituar “lugar”, o pesquisador Milton Santos atenta para as relações de afetividade entre o indivíduo e o território o que poderia ser utilizado para ajudar a diminuir conflitos, já que as comunidades possuem identificação com o local de origem. De acordo com Santos (2003), lugar é o recorte do espaço onde acontece a identidade entre indivíduo e o local. Os impactos de grandes empreendimentos como hidrelétricas, podem ser de pequeno, médio ou grande porte, divididos em dois grupos: direto ou indireto. Segundo Vainer (2007):

Impactos Diretos: São aqueles com relação direta de causa e efeito a partir de uma intervenção humana sobre o meio ambiente.

Impactos Indiretos: São aqueles cuja relação de causa e efeito tem uma ação intermediária de médio em longo prazo.

Os impactos indiretos podem ser iguais ou mais graves do que os diretos, por estarem ligados a fatores culturais e psicológicos, que em alguns casos não aparecem citados no EIA dos empreendimentos por possuírem grande potencial, podendo interferir no andamento ou até mesmo embargo das atividades. Isto agrava ainda mais os problemas enfrentados pelas comunidades atingidas culminando em conflitos, tensões, *stress*, depressão, dentre outros.

DISCUSSÕES

Uma das razões pelas quais grandes empreendimentos como hidrelétricas são questionados quanto à sua eficácia está nas grandes extensões de terra alagadas pelo reservatório. Em sua maioria trata-se de solos de origem aluvial ricos em nutrientes e com enorme potencial agrícola. Para Vainer (2007), os projetos hidrelétricos causam grandes mudanças à biodiversidade, principalmente na fauna aquática pelo fato de as barragens tornarem-se empecilhos para a reprodução dos peixes, dificultando o processo da piracema. Na maioria das vezes as tensões entre as comunidades afetadas e o consórcio empreendedor ocorrem pelo fato de alguns impactos não serem tratados em sua totalidade ou mesmo não colocados no âmbito dos debates e discussões.

Segundo Silva (2009), a idoneidade e forma de atuação de algumas empresas do setor elétrico na execução de projetos têm causado preocupação sendo questionada por estudiosos:

[...] Com participação majoritária no consórcio Energia Sustentável do Brasil, responsável pela construção da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Porto Velho (RO), o grupo francês GDF Suez está entre as empresas consideradas mais irresponsáveis do mundo. Organizações da sociedade civil do Brasil, França, Estados Unidos e Peru lançaram na *web* uma campanha mundial denominada “*People’s Award*” (Premiação do Público) na qual os internautas podem votar na empresa e organização que mais despreza o meio ambiente e populações afetadas por suas ações.

[...] A votação faz parte da premiação internacional Public Eye Awards (“Olho do Público”) e será realizada até 26 de janeiro. A divulgação do resultado acontecerá em Davos, na Suíça. Acusada de impactos e violações de direitos na construção da usina de Jirau, a GDF Suez já lidera com mais de 2 mil votos. As organizações entre as quais: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Amazon Watch, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e Survival International, chegaram a enviar na semana passada uma carta ao presidente da multinacional, Gérard Mestrallet, criticando duramente a atuação da empresa no planejamento e construção da hidrelétrica de Jirau, um dos maiores projetos hidrelétricos das Américas.

Este fato serve de alerta às autoridades para reavaliarem os critérios na escolha de empresas em licitações e para que a fiscalização atue de forma enérgica e clara conforme a Lei, não permitindo nenhuma omissão na proteção da biodiversidade e aos direitos das comunidades afetadas. Outro ponto bastante questionável encontra-se nos estudos de EIA e RIMA dos empreendimentos que são elaborados por empresas contratadas pelos próprios empreendedores, e acabam de certo modo sendo favoráveis a estes. A elaboração de estudos independentes por empresas ou órgãos sem vínculo com o empreendedor é vista como prática viável para equação destes fatores como afirmam Vainer (2007) e Silva (2009).

A falta de conceito único, para “atingidos” na literatura brasileira acarreta vários danos a estas populações afetadas por grandes empreendimentos, por não terem legislação de consulta e amparo na garantia de seus direitos. Muitos pesquisadores em seus textos se referem à não internalização dos aspectos sociais e psicológicos como altamente nocivos para as comunidades afetadas. Após leituras de diversos autores, o conceito de atingido que melhor se aproxima à realidade destas populações seria o de indivíduo, grupo, população ou espécie que sofre alterações em seu meio físico, econômico, cultural, social ou psicológico, de maneira direta ou indireta, em virtude de ação antrópica ou natural, causando mudanças em seu padrão de vida e comportamento.

A legislação brasileira muito tem avançado em questões referentes aos atingidos por grandes empreendimentos. A falha existente está na fiscalização e apoio à participação popular e no andamento de atividades como audiências públicas, onde a população afetada tem a oportunidade de expor suas prioridades e fazer reivindicações. Muitas vezes, a falta de assessoria a estas populações pelos órgãos competentes acaba culminando em grandes perdas a estas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da UHE do Funil causou profundas mudanças à comunidade de Pedra Negra ocasionando perdas culturais, históricas, econômicas e sociais significativas. O padrão de vida de seus moradores foi profundamente alterado diretamente pelo reordenamento na nova localidade e a falta de autonomia em alguns assuntos relativos à comunidade perdida.

A estrutura construída para receber a nova Pedra Negra não atendeu às expectativas dos moradores quanto à qualidade dos materiais empregados assim como os modelos das construções que são motivos de questionamento.

No período pós reassentamento as taxas de desemprego cresceram significativamente, ocasionando diminuição considerável da população com a migração de muitas famílias para outros locais em busca de melhores condições e perspectivas de vida.

A socialização com os moradores de Ijaci não se deu de forma harmoniosa com muitos conflitos gerados. Os moradores da nova comunidade, agora bairro Pedra Negra, não assimilaram a idéia de terem se tornado oficialmente cidadãos ijacienses. A identificação com o novo lugar não aconteceu, gerando de certo modo, uma crise de identidade ainda não solucionada.

A posição do poder público municipal de Bom Sucesso em não intervir ou auxiliar a comunidade nas medidas e tomadas de decisões frente ao empreendedor se refletiu em perdas para a população durante o processo de negociação da mudança.

Vários aspectos relativos a intervenções antrópicas de grande magnitude como projetos hidrelétricos devem ser revistos e melhor analisados no intuito de diminuir os impactos não somente às populações potencialmente atingidas, mas também a biodiversidade.

A dignidade e respeito às comunidades afetadas devem ser considerados e melhor internalizados, procurando soluções mais significativas tendo em vista a diminuição de perdas e impactos futuros.

O progresso alcança seu objetivo de bem estar comum quando concilia desenvolvimento com equilíbrio ambiental e social, onde todas as partes envolvidas são beneficiadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas ABNT sobre documentação**. Rio de Janeiro, 2012. (Coletânea de normas).

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução nº 009/1987**. Dispõe sobre a questão de audiências Públicas e dá outras providências. Publicação: DOU de 05/07/1990, pág. 12945, dez. de 2003.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Empreendedores e População Atingida**. Disponível em: <http://www.cmb.com.br/atingidos_barragem.html> Acesso: mar. 2009.

MINAS GERAIS. Cemig. **Usina Hidrelétrica do Funil**. Disponível em: <<http://www.aehfunil.com.br/home/html>> Acessos: Jun. 2008; Out. 2008; Jun. 09; Jan. 2010 e Out. 2010.

ROSS, Jurandir Luciano Sanches. **Geomorfologia: Ambiente e Planejamento**. Coleção Repensando a Geografia. 3ª ed. Contexto. São Paulo, 1996..

SANTOS, Silvio Coelho dos. **A Geração Hídrica de Eletricidade**. Etnográfica (3): 87 – 103. Porto Alegre, 2003.

SOUZA, Eduardo A. **Reordenamento Sócio Econômico e Cultural das Famílias Atingidas pela UEH Engenheiro Sérgio Motta. Reassentamentos: Pedra Bonita; Santa Emília e Santana em Brasilândia - MS**. Dissertação de mestrado, (GEOGRAFIA). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Presidente Prudente, SP. 2005.

VAINER, Carlos B -. Recursos Hidráulicos: Questões Sociais e Ambientais. **Estudos Avançados** Vol: 21; N: 59. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.recursoshidraulicos/questoessociaiseambientais/scielo/html>> Acesso: Jul.2009.